



Aspectos da Vida Profissional do Engenheiro


Impostos, Posicionamento Fiscal e Empreendedorismo

RUI AGUIAR
RAQUEL CASTRO MADUREIRA

APSEI@ Universidade de Aveiro 2025

1

Aspectos da Vida Profissional do Engenheiro



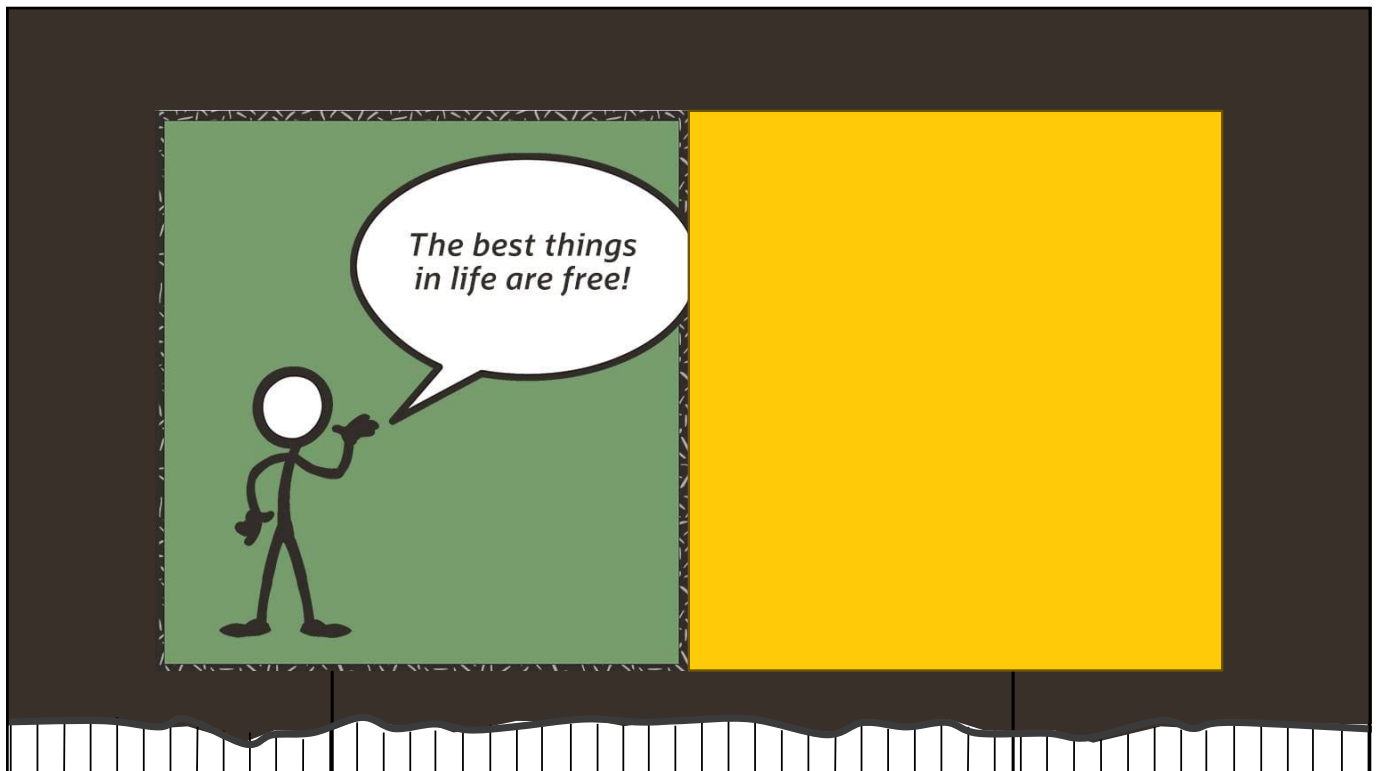
nota prévia: A utilização dos conhecimentos aqui partilhados não dispensa a consulta de profissionais habilitados para as matérias em análise.

São conceitos gerais, que variam no tempo, e que na vida profissional requerem suporte profissional (contabilístico/legal).

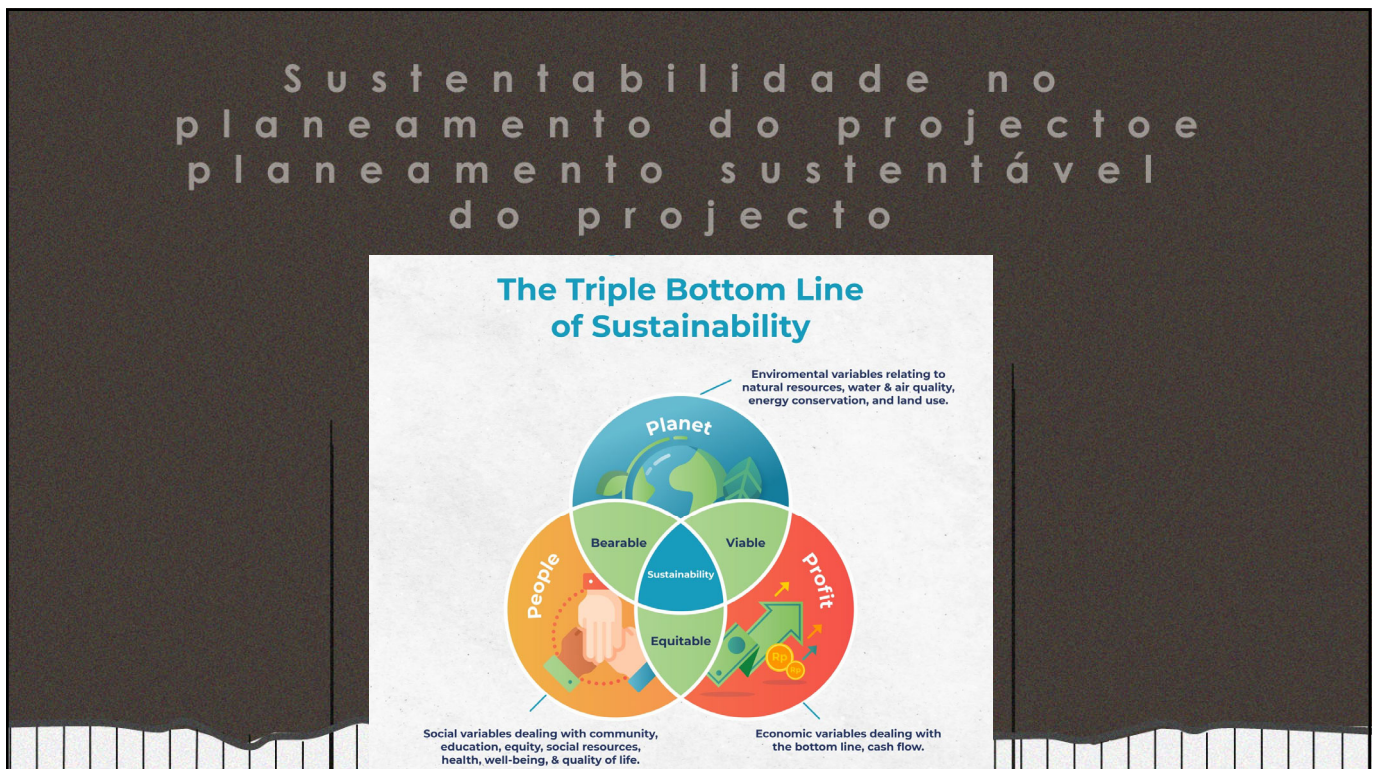
Raquel Castro Madureira Rui Aguiar

APSEI@ Universidade de Aveiro 2025

2



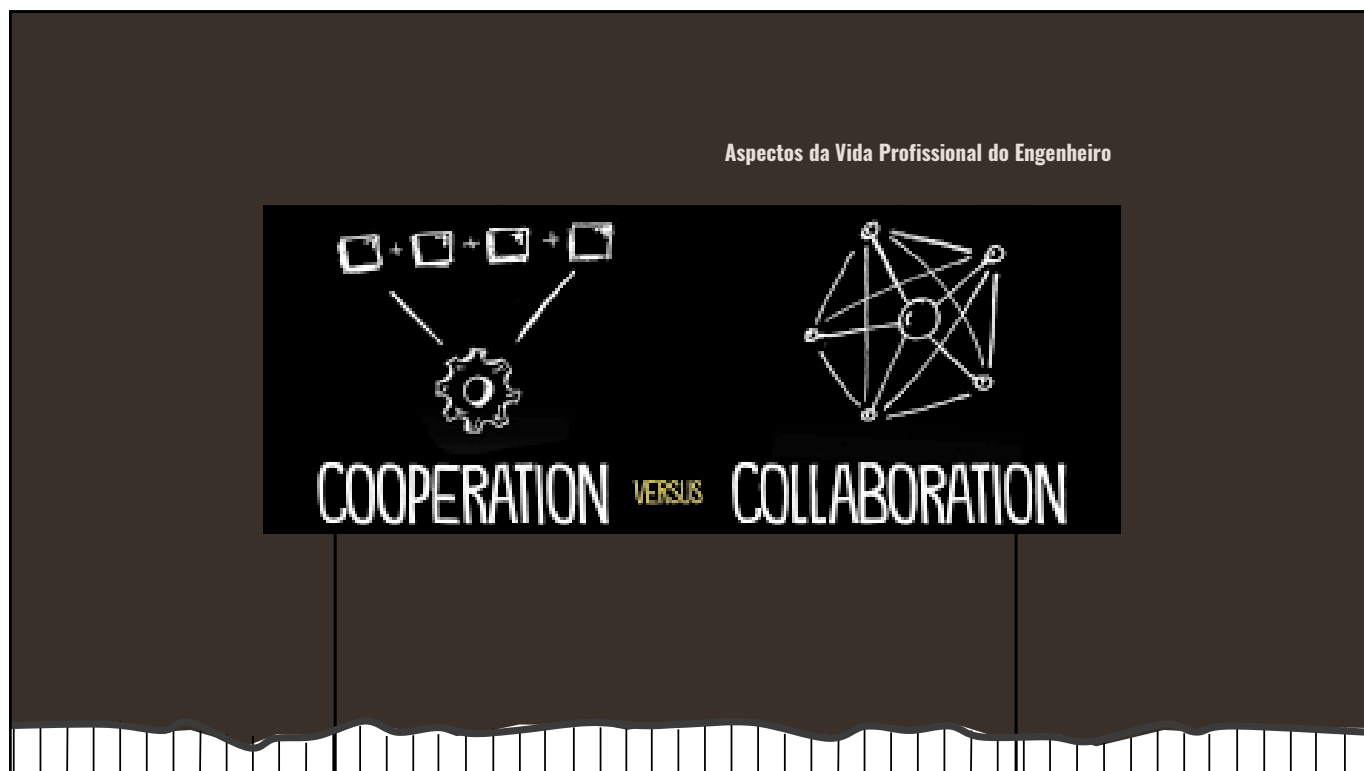
3



4



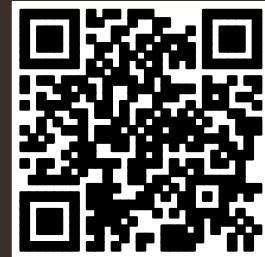
5



6

Votação Interativa

Join the Vevox session



Raquel Castro Madeira Ral Aguiar

APSEI@ Universidade de Aveiro 2025

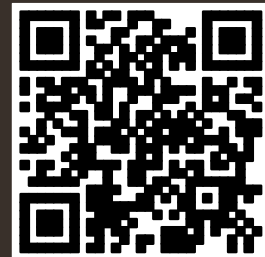
7

Join the Vevox session

Go to **vevox.app**

Enter the session ID: **172-467-538**

Or scan the QR code



Raquel Castro Madeira Ral Aguiar


APSEI@ Universidade de Aveiro 2025

8

0/0 Join at: vevox.app ID: 172-467-538 Question slide

Qual a área da literacia financeira que achas mais importante?

- Orçamento e Gestão de Gastos
- Poupança e Fundo de Emergência
- Investimento
- Compreensão Fiscal
- Educação Financeira para o Futuro



Raquel Castro Madureira Rui Aguiar APSEI@ Universidade de Aveiro 2025

9

0/0 Join at: vevox.app ID: 172-467-538 Preparing Results

Qual a área da literacia financeira que achas mais importante?

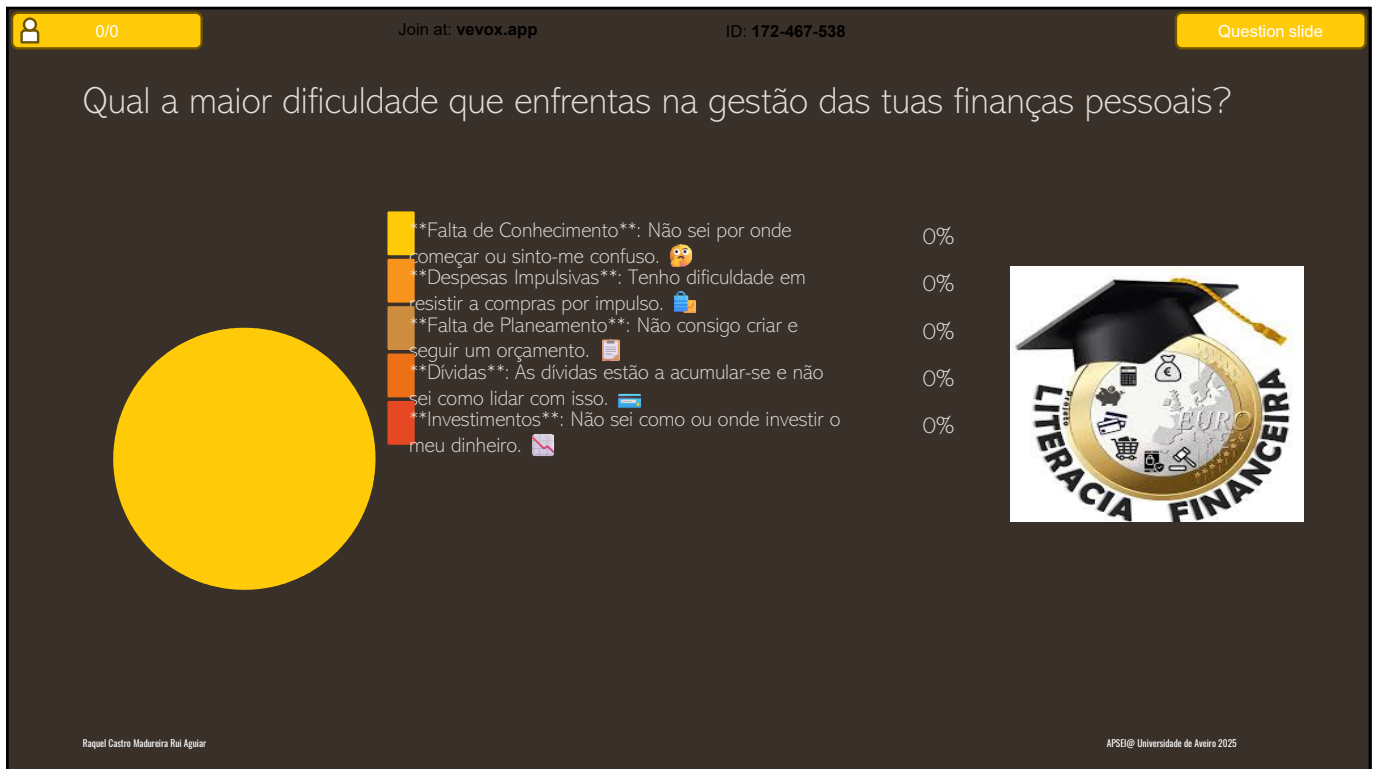
- Orçamento e Gestão de Gastos
- Poupança e Fundo de Emergência
- Investimento
- Compreensão Fiscal
- Educação Financeira para o Futuro



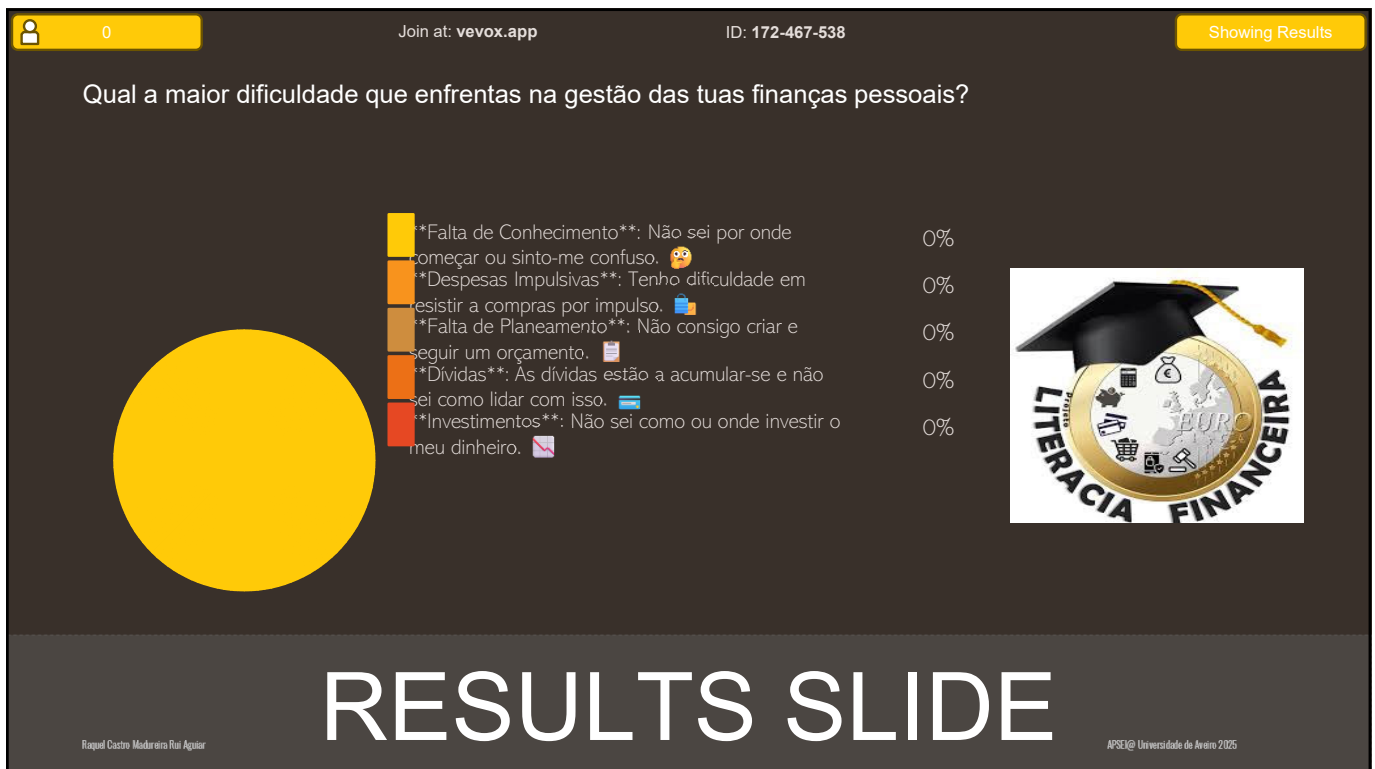
RESULTS SLIDE

Raquel Castro Madureira Rui Aguiar APSEI@ Universidade de Aveiro 2025

10



11



12

porque pagamos impostos?

...basicamente, a regra é: se ganhas dinheiro, provavelmente tens de pagar impostos. E sim, sei que isso pode soar chato. Mas pensar nisso como um investimento na sociedade e em serviços públicos pode ajudar a aliviar a carga na cabeça!

Se residem, estão habitualmente, ou têm rendimentos em Portugal... vão pagar impostos em Portugal!



13

quem paga impostos?

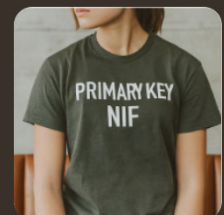
Todas as pessoas singulares (indivíduos) que possuem rendimentos sujeitos a tributação, sejam residentes ou não residentes, desde que obtenham rendimentos em Portugal. Isto inclui salários, pensões, rendimentos de trabalho independente, rendimentos prediais, capitais, entre outros

Todas as pessoas colectivas (empresas, sociedades e entidades equiparadas), que pagam impostos sobre os seus lucros, como o IRC (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas)

Consumidores finais, que pagam impostos indirectos como o IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) ao adquirir bens e serviços, independentemente da sua situação fiscal ou nacionalidade

Proprietários de bens sujeitos a impostos específicos, como imóveis (IMI), veículos (IUC), ou transmissões de bens imóveis (IMT)

Cidadãos estrangeiros, residentes ou não, que obtenham rendimentos em Portugal ou possuam bens sujeitos a tributação em território nacional, também estão obrigados a pagar impostos correspondentes



Todos os contribuintes, sejam pessoas singulares ou colectivas, têm um Número de Identificação Fiscal (NIF), obrigatório para identificação perante a Autoridade Tributária

14

Domicílio voluntário?

O domicílio voluntário é aquele que se escolhe livremente, diferente do domicílio legal (imposto por lei). Serve para facilitar o exercício de direitos ou o cumprimento de obrigações específicas, como, por exemplo, para receber notificações ou correspondência relacionada a contratos, processos judiciais ou actividades profissionais.

Serve para facilitar o exercício de direitos ou o cumprimento de obrigações específicas, como, por exemplo, para receber notificações ou correspondência relacionada a contratos, processos judiciais ou actividades profissionais.

Escolha livre: A pessoa decide qual endereço quer utilizar.

Finalidade específica: Normalmente serve para situações concretas, como contratos ou processos.

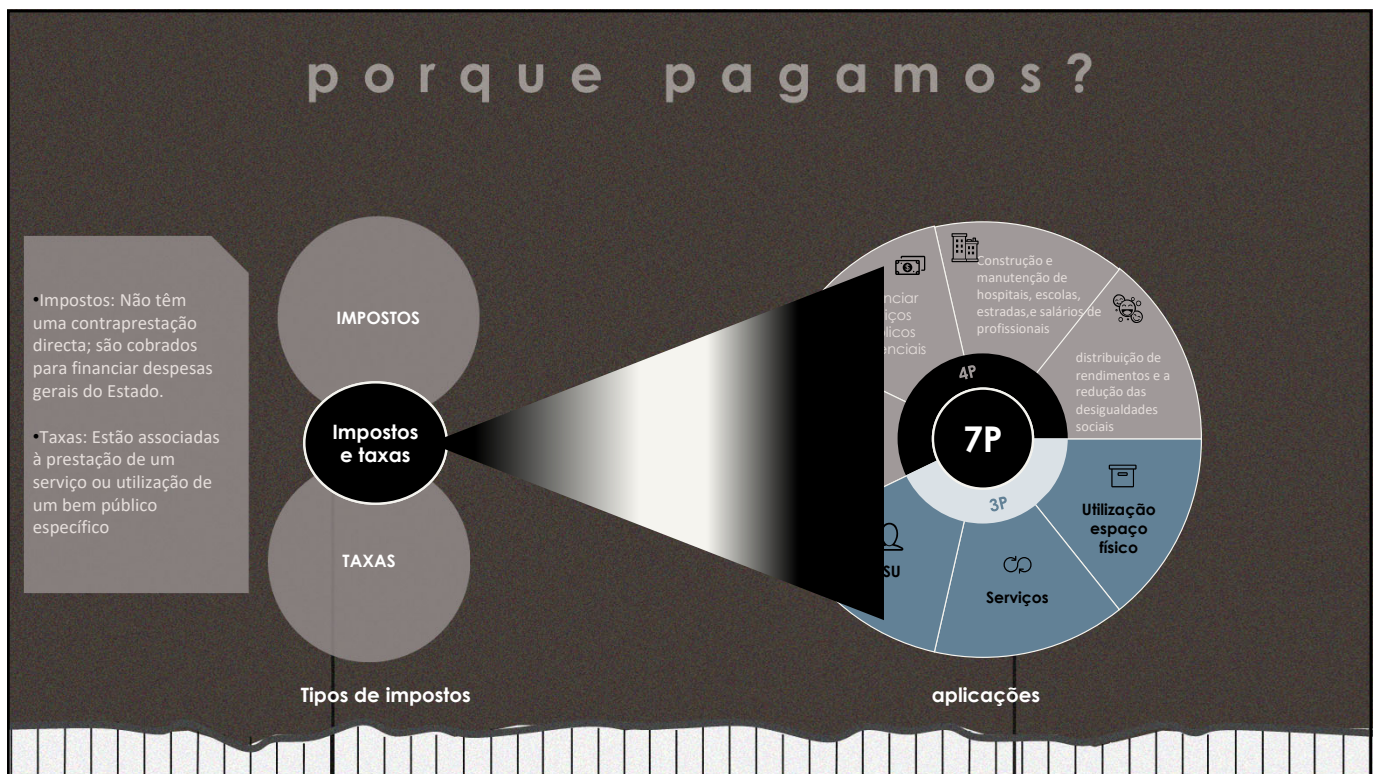
Pode ser alterado: Desde que comunicado às partes interessadas

Domicílio fiscal?

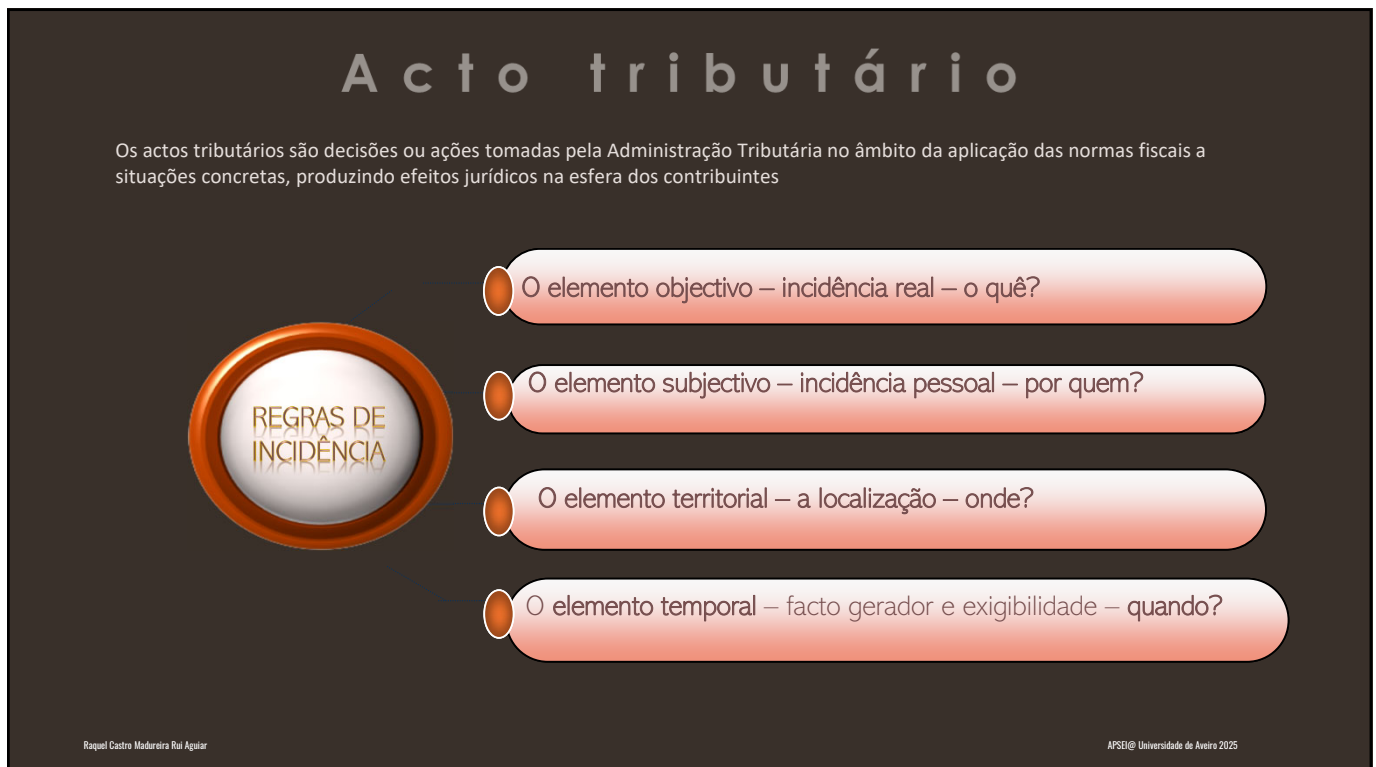
O domicílio fiscal do sujeito passivo é, salvo disposição em contrário:

- ☑ Para pessoas singulares, o local da residência habitual;
- ☑ Para pessoas colectivas, o local da sede ou direcção efectiva ou, na falta destas, do seu estabelecimento estável em Portugal.
- ☑ Integra a caixa postal electrónica.

É obrigatória a comunicação do domicílio do sujeito passivo à administração tributária.
- ☑ É ineficaz a mudança de domicílio enquanto não for comunicada.
- ☑ Os sujeitos passivos residentes no estrangeiro, devem, para efeitos tributários, designar um representante com residência em território nacional.



17



18

quais impostos

Impostos sobre o rendimento

IRS (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares)

IRC (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas)

Impostos sobre o consumo ou despesa

IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado)

IUC (Imposto Único de Circulação)

ISV (Imposto sobre Veículos)

Impostos Especiais de Consumo como o imposto sobre o tabaco, álcool e produtos petrolíferos

Impostos sobre o património

IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis)

IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis)

Imposto do Selo

- ☑ Impostos diretos e indirectos: Directos incidem sobre o rendimento ou património; indirectos sobre o consumo.
- ☑ Impostos proporcionais, progressivos e regressivos: Conforme a variação da taxa em relação à base tributável.
- ☑ Impostos periódicos e de obrigação única: Conforme a regularidade da cobrança.

19

quais taxas?

TAXAS DO ESTADO

Taxas de emissão de documentos oficiais (cartão de cidadão, passaporte, títulos de residência)

Taxas de registo civil, predial, comercial e automóvel

Taxas de inspecção automóvel

Taxas de justiça (custas judiciais)

Taxa de contribuição audiovisual (financia a RTP)

Taxas cobradas por organismos do Estado para licenças, autorizações ou certificações nacionais

TAXA DAS AUTARQUIAS

Taxa municipal de direitos de passagem (por passagem de cabos ou infraestruturas em espaço público municipal)

Taxa municipal do turismo (por dormida em hotéis ou alojamentos locais)

Taxas de licenciamento municipal (obras, publicidade, ocupação da via pública, feiras e mercados)

Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) via tarifa de resíduos sólidos

Taxas de estacionamento em espaço público municipal

Taxas de concessão de licenças e práticas de actos administrativos pelas juntas de freguesia

20



21

IRS ?

Rendimento das Pessoas Singulares

O IRS é um imposto que as pessoas pagam sobre os rendimentos que recebem. Ou seja, se trabalhas, tens um negócio, ou ganhas dinheiro de qualquer outra forma (como rendimentos de investimentos ou arrendamentos), tens de declarar isso e pagar impostos sobre esses rendimentos.

O imposto é determinado de acordo com o rendimento obtido, sendo aplicada a [taxa correspondente](#), conforme o escalão a que pertence, e consideradas as deduções previstas na lei (por exemplo, despesas de educação ou de saúde).

Taxas variáveis em função do rendimento.

Detalhes variam todos os anos

Raquel Castro Madalena Rui Aguiar

APSEI@ Universidade de Aveiro 2025

22

I R S ?

Rendimento das Pessoas Singulares

Escalões & Tabelas

- ☑ Os escalões de IRS permitem perceber quanto tem de pagar de imposto anualmente,
- ☑ As tabelas de retenção indicam-lhe quanto vai descontar mensalmente para esse fim.

Isenções

- ☑ rendimentos tributados pelas taxas liberatórias
- ☑ rendimentos de trabalho dependente ou pensões (valor total até 8.500€; no caso de pensões de alimentos o limite é de 4.104€)
- ☑ subsídios ou subvenções no âmbito da Política Agrícola Comum (valor anual de 1921,72€, correspondente a quatro vezes o valor do Indexante de Apoios Sociais - IAS; no caso de rendimentos do trabalho dependente ou pensões, o montante não pode exceder os 4.104€)
- ☑ ato isolado (valor anual de 1921,72€, correspondente a quatro vezes o valor do IAS em 2023).

<https://www2.gov.pt/cidadao-europeu-viajar-viver-e-fazer-negocios-em-portugal/trabalho-e-reforma-em-portugal/imposto-sobre-o-rendimento-das-pessoas-singulares-irs-em-portugal>

Raquel Castro Madureira Ral Aguiar APSI@ Universidade de Aveiro 2025

23

I R S ?

Pessoas singulares

Residentes

Sobre a universalidade dos rendimentos incluindo os obtidos fora do T.N.

Conceito de Residência

- Tempo de permanência(mais de 183 dias seguidos ou interpolados);
- Titularidade de habitação;
- Exercício funções ou comissões de carácter público, ao serviço do Estado Português ou em 31/12 sejam tripulantes de navios ou aeronaves, desde que estejam ao serviço de entidades com residência, sede ou direcção nesse território;
- Residência da pessoa a quem incumbe a direcção do agregado familiar.

Não Residentes

Rendimentos Obtidos em Território Nacional

Não possuindo Estabelecimento Estável

Raquel Castro Madureira Ral Aguiar APSI@ Universidade de Aveiro 2025

24

Categoria

I R S ?

os escalões de IRS integram intervalos de rendimento coletável (ou seja, sujeito a imposto) a que se aplicam duas taxas de imposto (taxa normal e taxa média).

Categoria A: Rendimentos do trabalho dependente (ex: salários, subsídios de férias e Natal, remunerações de órgãos sociais).

Categoria B: Rendimentos empresariais e profissionais, ou seja, trabalho independente, atividades comerciais, industriais, agrícolas e prestação de serviços (ex: recibos verdes).

Categoria E: Rendimentos de capitais, como juros, dividendos e outros frutos de aplicações financeiras.

Categoria F: Rendimentos prediais, provenientes do arrendamento de imóveis.

Categoria G: Incrementos patrimoniais, incluindo mais-valias (ex: venda de imóveis ou ações).

Categoria H: Pensões, incluindo reformas, aposentadorias e outros benefícios similares

<https://www.cgd.pt/Site/Saldo-Positivo/leis-e-impostos/Pages/diferenca-entre-escaloes-de-irs-e-tabelas-de-irs.aspx>

Raquel Castro Madeira Ral Aguiar

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/cirs_rep/Pages/irs68.aspx

APSTI@ Universidade de Aveiro 2025

25

Categoria A

I R S

Rendimentos

REMUNERAÇÕES

Vencimentos, Pré-reforma

SUBSÍDIOS OU PRÉMIOS

De residência, refeição (em parte), férias, Natal, doença (em parte), prémios

OUTROS

Gratificações, Percentagens, Comissões, Ajudas de custo, benefícios e regalias

Remunerações

Trabalho por conta de outrem

De trabalho, de serviços, pré-reforma

Deduções

específicas

Fixas

Despesas

Sistema tem vindo a ser simplificado (despesas presumidas)

Raquel Castro Madeira Ral Aguiar

APSTI@ Universidade de Aveiro 2025

26

Categoria B

I R S

Rendimentos Profissionais e Empresariais

prestações de serviço (científico, artístico ou técnico)
lucros de actividades de natureza comercial, industrial, agrícola, silvícola e pecuária,
rendimentos de entidades sujeitas ao regime da transparência fiscal e heranças indivisas.

Exclusões

Prémios, espectáculos (IRC)
Propriedade intelectual (50%)

Avaliação

Directa

Contabilidade, ato isolado*

Indirecta

Regime simplificado
Rendimentos adicionais
Regras categoria A

* Quantos actos isolados se podem fazer por ano? A lei diz um, mas tem ambiguidades. Se tiverem de emitir mais do que um, perguntem às Finanças, por email.

Raquel Castro Madeira Ral Aguiar

APSD@ Universidade de Aveiro 2025

27

I R S não residentes

Tributação dos rendimentos obtidos em Portugal

Duas modalidades:

- ☑ Rendimentos imputáveis a estabelecimento estável;
- ☑ Rendimentos não imputáveis a estabelecimento estável;
Trabalho dependente, prestação de serviços, capitais, etc;
Actos isolados de natureza empresarial, rendimentos prediais, etc.

28

Tabelas de retenção na fonte

IRS ?

As tabelas de retenção são um adiantamento do imposto que, no final do ano, é ajustado com base nos escalões de IRS.

Tabelas de retenção na fonte para o continente - a partir de 1 de janeiro de 2025

Tabela I - Trabalho dependente

Não casado sem dependentes ou casado 2 titulares

Remuneração mensal (€)	Taxa marginal máxima	Parcela a abater (€)	Parcela adicional a abater por dependente (€)	Taxa efetiva mensal de retenção no limite do escalão
Até 870,00	0,00%	0,00	0,00	0,0%
Até 992,00	13,00%	13,0% x 2,60 x (1 208,32 - R)	21,43	5,6%
Até 1 070,00	16,50%	16,5% x 1,35 x (1 477,67 - R)	21,43	8,0%
Até 1 136,00	16,50%	90,81	21,43	8,5%
Até 1 187,00	22,00%	153,29	21,43	9,1%
Até 1 787,00	25,00%	188,90	21,43	14,4%
Até 2 078,00	32,00%	313,99	21,43	16,9%
Até 2 432,00	35,50%	386,72	21,43	19,6%
Até 3 233,00	38,72%	465,03	21,43	24,3%
Até 5 547,00	40,05%	508,03	21,43	30,9%
Até 20 221,00	44,95%	779,83	21,43	41,1%
Superior a 20 221,00	47,17%	1 228,74	21,43	n.a.

Fórmula: (Remuneração mensal x Taxa) - Parcela a abater - (Parcela adicional a abater x nº dependentes).
R = Remuneração mensal.

AT autoridade tributária e aduaneira

Raquel Castro Madureira Ral Aguiar

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/apoio_contribuinte/tabela_ret_doclib/Pages/default.aspx

APSEI@ Universidade de Aveiro 2025

29

Tributação autónoma

IRS

Mecanismo para evitar abusos fiscais, criando défices nas empresas através de despesas de relevância pessoal. A tributação autónoma vai taxar o valor das despesas em si, e não o resultado final da empresa/empresário (que até poderia ter prejuízo).

A tributação autónoma aplica-se:

- ☑ A sociedades sujeitas ao IRC (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas), ou seja, empresas e outras entidades coletivas com fins lucrativos que exerçam atividades comerciais, industriais ou agrícolas¹²⁵⁷.
- ☑ A pessoas singulares sujeitas ao IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) que exerçam atividades empresariais ou profissionais, especialmente quando têm contabilidade organizada ou estejam obrigadas a tê-la (categoria B do IRS)

Descomplicando, é como se fosse um 'imposto extra' para certas rendas ou prémios que, por alguma razão, não entram no habitual.

- As Confidenciais ou não documentadas → 50%
- As despesas de representação → 5%
- Com viaturas ligeiras de passageiros, ou mistas, motos e motocicletas → 5%
- As importâncias pagas ou devidas, a qualquer título, a pessoas singulares ou colectivas residentes fora do território português (c/ reg. Fiscal + favorável) → 35%
- Os encargos dedutíveis relativos a despesas com ajudas de custo e com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador, ao serviço da entidade patronal → 5%

Raquel Castro Madureira Ral Aguiar

APSEI@ Universidade de Aveiro 2025

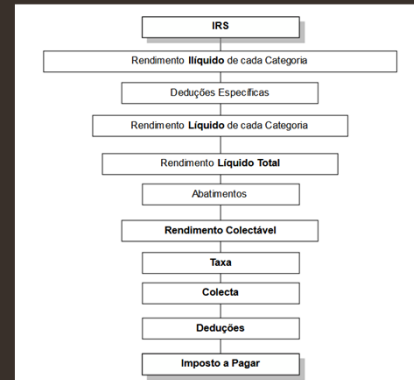
30

Como calcular IRS

I R S ?

Tributação conjunta do agregado familiar

Imposto a pagar=
(Rendimento colectável×Taxa do escalão)–Parcela a abater



Rendimento líquido de cada categoria

• = Rendimento bruto de cada categoria-
Deduções específicas

Rendimento líquido global

• = Soma dos rendimentos líquido de cada categoria =

Rendimento Colectável

• = Rendimento líquido global-Abatimentos

Colecta

• não casados →
Rendimento Colectável*Taxa
• casados →
Rendimento Colectável/2*Taxa*Fator

Imposto

• =Colecta - Deduções à colecta

Raquel Castro Madureira Rui Aguiar

APSD@ Universidade de Aveiro 2025

31

1/5

Join at: **vevox.app**

ID: 172-467-538

Question slide

Categoria A

O João é solteiro, trabalhador dependente, não tem dependentes e ganha um salário de cerca de 1 300€ brutos

Qual o salário do João após aplicação do IRS?

10:00

Join the Vevox session to answer

32

1/0

Join at: vevox.app

ID: 172-467-538

Preparing Results

Qual o salário do João após aplicação do IRS?

0

RESULTS SLIDE

33

IRS ?

t r a b a l h a d o r d e p e n d e n t e

O João é solteiro, trabalhador dependente, não tem dependentes e ganha um salário de cerca de 1 300€ brutos

taxa de retenção na fonte	25%
parcela a abater	188,90€
Salário depois do IRS	1 163,90€

Até	1 187,00	22,00%	153,29	21,43
Até	1 787,00	25,00%	188,90	21,43
Até	2 078,00	32,00%	313,90	21,43

O salário do João depois da retenção vai ser de
1 163,90€

34

Categoria B

IRS ?

t r a b a l h a d o r i n d e p e n d e n t e

O João é solteiro, trabalhador independente, não tem dependentes e ganha um salário de cerca de 1300€ brutos

Regime Simplificado

1. Rendimento tributável = rendimento bruto anual × coeficiente.

O coeficiente mais comum é 0,75 para actividades profissionais previstas no artigo 151.º do CIRS (ex: advogados, médicos, engenheiros, consultores, etc.).

Exemplo:

Se o rendimento anual bruto for 20.000 €, o rendimento tributável será: $20.000 \text{ €} \times 0,75 = 15.000 \text{ €}$

Contabilidade Organizada

O rendimento tributável resulta do rendimento bruto anual menos as despesas efetivamente suportadas e comprovadas com a actividade

A contabilidade organizada é obrigatória para trabalhadores independentes em Portugal quando:

O rendimento anual bruto ultrapassa 200.000 €
Voluntariamente se considerar mais vantajoso para a sua situação fiscal (por exemplo, se tiver muitas despesas dedutíveis)

35

IRS ?

t r a b a l h a d o r i n d e p e n d e n t e

2. Aplicar os escalões de IRS

Depois de apurado o rendimento tributável, aplica-se a tabela de escalões de IRS, tal como para trabalhadores por conta de outrem. Por exemplo, para 2025:

Rendimento coletável (€)	Taxa	Parcela a abater (€)
Até 8.059	13%	–
+8.059 até 12.160	16,5%	282,07
+12.160 até 17.233	22%	950,91
+17.233 até 22.306	25%	1.467,91

$$1.300 \text{ €} \times 25\% = 325 \text{ €}$$

O salário do João depois da retenção vai ser de 975€

36

Categoria H

IRS ?

p e n s i o n i s t a

O António é pensionista, não casado, e recebe uma pensão mensal de 900 euros.

taxa de retenção na fonte	13%
parcela a abater	0€
Pensão depois do IRS	900€

Tabela VIII - Pensões

Não casado ou casado dois titulares

Remuneração mensal (€)	Taxa marginal máxima	Parcela a abater (€)	
Até 870,00	0,00%	0,00	900 €
Até 992,00	13,00%	13,0% x 2,6 x (1 282,29 - R)	994 €

Apesar de ter uma taxa de 13%, está isento de retenção na fonte porque a parcela a abater é superior ao valor final de imposto.

37

IRC

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas

38

I R C ?

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas

ESCALÕES & TAXAS

IRC

ISENÇÕES

Escalões & Taxas

- ☒ não utiliza escalões progressivos as sim taxas fixas aplicadas ao lucro tributável das empresas. No entanto, há taxas diferenciadas consoante o tipo de entidade e o montante do lucro.

Isenções

- ☒ Entidades de utilidade pública administrativa
- ☒ Instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e equiparadas
- ☒ Entidades de utilidade pública com fins científicos, culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social, defesa do ambiente e interprofissionalismo agroalimentar
- ☒ Associações para atividades culturais, recreativas e desportivas
- ☒ Entidades de navegação marítima e aérea não estabelecidas em Portugal, desde que exista reciprocidade no país de origem
- ☒ Isenção sobre lucros distribuídos

Raquel Castro Madureira Rui Aguiar APSEI@ Universidade de Aveiro 2025

39

I R C

Tributação dos rendimentos das empresas a trabalhar em Portugal

(Entidades com sede e direção efectiva em Portugal)

Periódico: Imposto de formação sucessiva (~1 ano)

Proporcional: A taxa mantém-se ~constante, independentemente da verba apurada

Global: Incide sobre todo o conjunto de rendimentos

Regime simplificado para micro e pequenas empresas

Taxas crescentes

Em função dos lucros (~20-25%)

Taxas de IRC em 2025

Taxa geral: 20% para a generalidade das empresas.

Taxa reduzida: 16% para Pequenas e Médias Empresas (PME) e "Small Mid Cap" sobre os primeiros 50.000 euros de matéria coletável.

Derrama municipal: Taxa adicional até 1,5%, definida por cada município, aplicada sobre o lucro tributável.

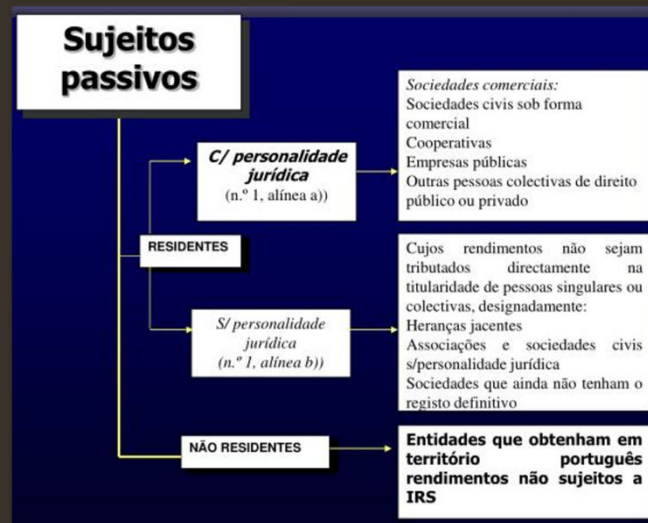
Taxas adicionais de solidariedade: Para lucros muito elevados, existem taxas extra de 3% (lucros acima de 1,5 milhões até 7,5 milhões de euros) e 5% (lucros acima de 7,5 milhões até 35 milhões de euros).

Tributação autónoma

Raquel Castro Madureira Rui Aguiar APSEI@ Universidade de Aveiro 2025

40

Entidades sujeitas a IRC



41

Cálculo do IRC

Lucro tributável: O lucro do período, apurado segundo as regras fiscais.

Matéria coletável: Lucro tributável menos benefícios fiscais e prejuízos fiscais dedutíveis.

Taxa de IRC: Em 2025, a taxa geral é de 20% (reduzida de 21%), com uma taxa de 16% para as Pequenas e Médias Empresas (PME) sobre os primeiros 50.000 euros de matéria coletável.

Derrama municipal: Taxa adicional até 1,5%, definida por cada município.

Taxas adicionais: Para lucros superiores a 1,5 milhões de euros, aplicam-se taxas extra de 3%, 5% ou 9% conforme o escalão.

• **Lucro Tributável =**
Resultado Líquido + Variações Patrimoniais não reflectidas no resultado +/- Correções Fiscais

• **Matéria Colectável =**
Lucro Tributável - Prejuízos Fiscais - Benefícios Fiscais

Colecta =
Matéria Colectável * Taxa

Variações patrimoniais incluem as Depreciações

42

Cálculo do IRC

Depreciações (muito simplificado)

Processo de alocação da despesa ou custo em função da vida útil (...) de bens adquiridos pelas empresas

Vida útil: É o período de tempo que o bem tem “condições” de realizar as atividades, antes de estar “degradado” (por uso, por velhice, ...)

Bem perde valor todos os anos, e afeta o valor da empresa.

Existe tabela com valores mínimos de vida útil (p.ex. edifícios: 50 anos; carros: 4 anos)

De forma análoga (mas tem diferenças), o custo que pode ser atribuído anualmente contabilisticamente também é o valor depreciado por ano.

Consequências:

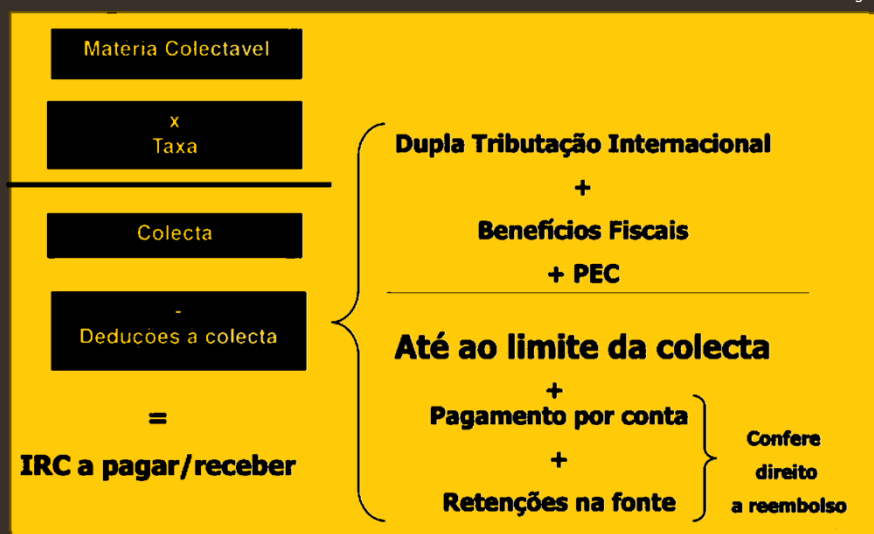
no ano de compra, a empresa gasta o dinheiro todo, mas só pode declarar o valor depreciado, pelo que paga imposto sobre valores que não tem efetivamente nas suas mãos.

Nos anos seguintes, a empresa não gasta nenhum dinheiro, mas pode declarar o valor depreciado, pelo que paga menos impostos do que os valores que efetivamente tem.

43

Cálculo do IRC

PEC: Pagamento especial por conta



Tabelas IRC:
https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/CIRC_2R/Pages/circ-codigo-do-irc-indice.aspx

44

I R C ?

A "TechAI, Lda." é uma PME portuguesa dedicada ao desenvolvimento de soluções de Inteligência Artificial. No ano de 2024, apresentou os seguintes elementos contabilísticos:

- 📌 Resultado contabilístico antes de impostos: 120.000 €
- 📌 Despesas com viaturas ligeiras de passageiros (não eléctricas): 8.000 €
- 📌 Despesas de representação (almoços com clientes): 2.500 €
- 📌 Despesas não documentadas: 500 €
- 📌 Recebeu dividendos de uma subsidiária em Espanha (participação de 60% há mais de 2 anos): 10.000 €
- 📌 Investiu 40.000 € em equipamentos informáticos, depreciados à taxa máxima legal.
- 📌 Beneficiou de um subsídio não tributado de 8.000 € para inovação tecnológica.
- 📌 O município onde está sediada aplica uma derrama municipal de 1,2%.
- 📌 Não existem prejuízos fiscais a reportar.

45

I R C ?

1. Cálculo do Lucro Tributável

Resultado contabilístico antes de impostos: 120.000 €

Ajustamentos fiscais	
Dedutíveis	Não dedutíveis
Despesas com viaturas ligeiras (não eléctricas): São dedutíveis apenas até determinado limite: -8000€	
Despesas de representação: Dedutíveis até 1% das vendas ou prestação de serviços	
	Dividendos de subsidiária em Espanha: Isentos de tributação em Portugal (participação >10% e detida há mais de 1 ano), +10000€
	Despesas não documentadas: +500€
Depreciações	

46

I R C ?

1. Cálculo do Lucro Tributável

Resultado contabilístico antes de impostos: 120.000 €

Ajustamentos:

Acresce: Despesas não documentadas = +500 €

Acresce: Subsídio não tributado = +8.000 €

Deduz: Dividendos isentos = -10.000 €

Lucro tributável:

$$120.000 + 500 + 8.000 - 10.000 = 118.500 \text{ €}$$

2. Matéria Colectável

Não há prejuízos fiscais a deduzir.

Não há benefícios fiscais a deduzir.

Matéria colectável = Lucro tributável = 118.500 €

3. Cálculo do IRC a pagar

☑ Primeiros 50.000 €: 16% = 8.000 €

☑ Restante (68.500 €): 20% = 13.700 €

Total IRC:

$$8.000 + 13.700 = 21.700 \text{ €}$$

47

I R C ?

4. Derrama Municipal

Taxa: 1,2% sobre a matéria colectável

$$118.500 \times 1,2\% = 1.422 \text{ €}$$

5. Tributações Autónomas

Despesas com viaturas ligeiras (não eléctricas): Taxa de 10% (valor padrão para viaturas não eléctricas em empresas lucrativas)

$$8.000 \times 10\% = 800 \text{ €}$$

Despesas de representação: Taxa de 10%

$$2.500 \times 10\% = 250 \text{ €}$$

Despesas não documentadas: Taxa de 50%

$$500 \times 50\% = 250 \text{ €}$$

$$\text{Total tributações autónomas} = 800 + 250 + 250 = 1.300 \text{ €}$$

48

I R C ?

Resumo dos Resultados

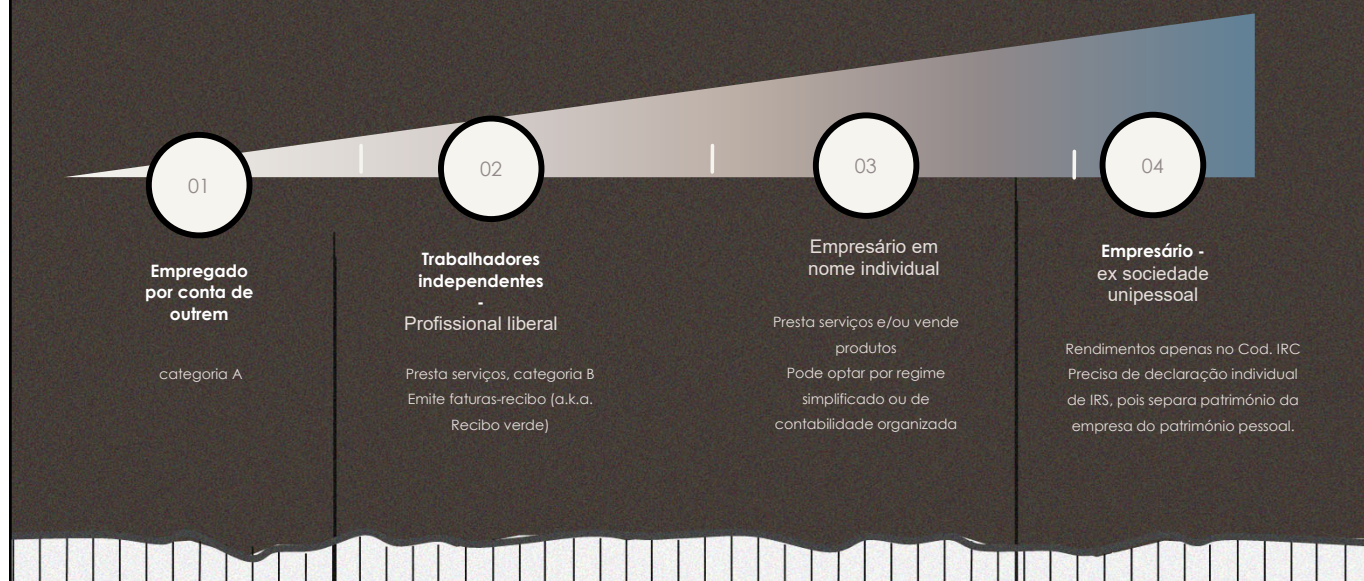
Item	Valor (€)
Lucro tributável	11 8500
Matéria coletável	11 8500
IRC a pagar	21 700
Derrama municipal (1,2%)	1 422
Tributações autónomas	1 300

TechAI, Lda

49

Posicionamento fiscal

O posicionamento fiscal é a estratégia e postura adoptada para gerir a relação com o fisco, procurando sempre o equilíbrio entre a optimização da carga tributária e o cumprimento rigoroso da legislação. É um conceito central para a gestão financeira saudável e ética, tanto para empresas como para particulares.



50

Trabalhadores independentes

02

03

Regime simplificado de tributação

Contabilidade organizada obrigatória acima de um dado valor (200k€)

Isenção de IVA para valores baixos

Retenção na fonte

Feita pelo pagador do serviço

Isento para particulares, e valores de rendimentos baixos

51

Trabalhadores independentes vs empresário nome individual

Trabalhador Independente	Empresário em nome Individual
Presta serviços e/ou vende bens/produtos.	Presta serviços e/ou vende bens/produtos.
Código CIRS na abertura de actividade.	Código CIRS (profissionais liberais) pode ter também CAE (empresas)
Regime simplificado de tributação até 200 mil euros. Não associa despesas. Contabilidade organizada: optativa	Regime simplificado de tributação até 200 mil euros. Normalmente: contabilidade organizada desde o início: pode associar despesas (mas tem de ter um Contabilista).
Tributação fixa sobre 75% do rendimento. 25% são consideradas despesas pela AT. Não é exigida a apresentação de comprovativos de despesas.	Tributação da AT sobre o lucro tributável, após apuradas as despesas reais. Entrega de comprovativos de despesas
Taxa de contribuição à Segurança Social específica (21,4%).	Taxa de contribuição à Segurança Social específica (25,2%)

CAE é a sigla de Código de Classificação de Actividades Económicas

52



53

I V A

O Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) é um imposto aplicado às vendas ou prestações de serviços em Portugal.

O IVA é pago pelo consumidor no momento em que paga pelo bem ou serviço prestado. O vendedor ou prestador de serviços recebe o valor do IVA e, posteriormente, entrega-o à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT).

Estão **sujeitas** a imposto sobre o valor acrescentado:

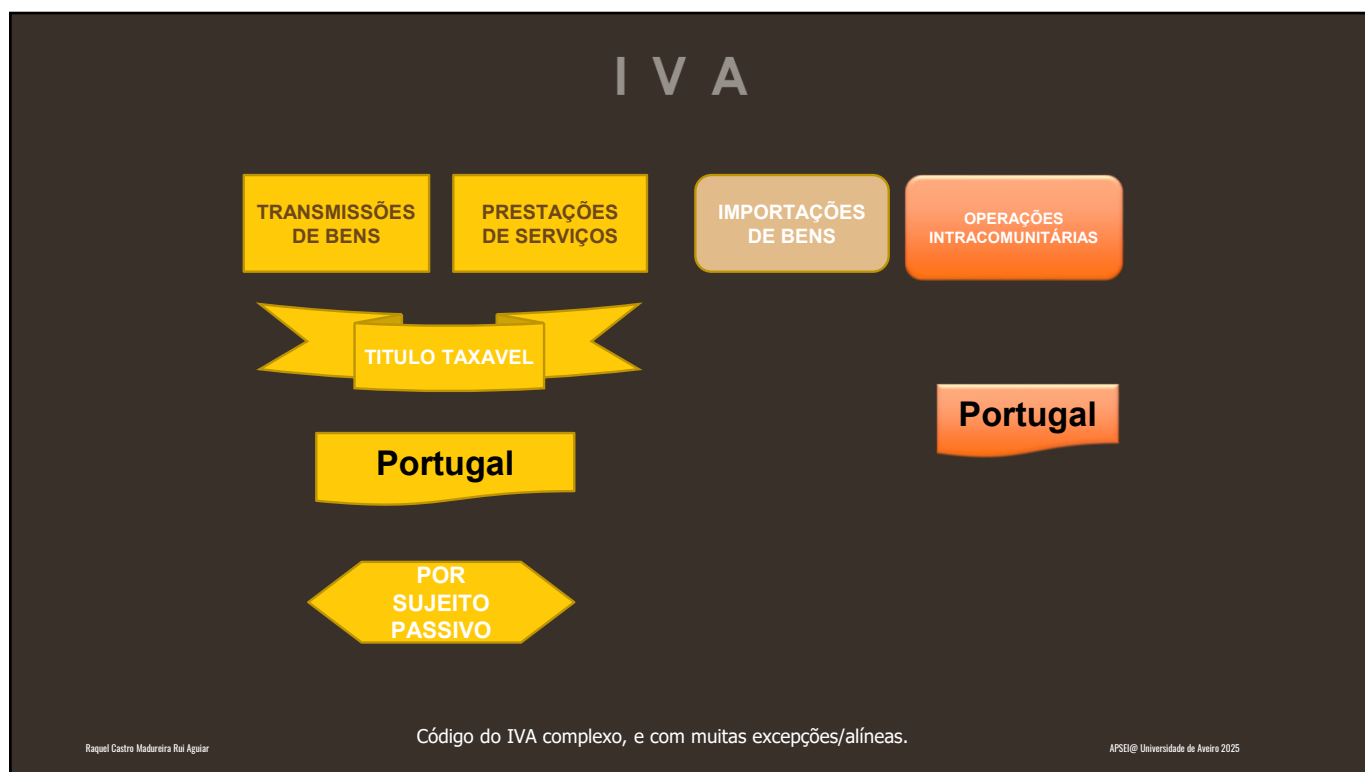
- As **transmissões de bens** e as **prestações de serviços** efectuadas **no território nacional**, a título **oneroso**, por um **sujeito passivo** agindo como tal
- As **importações de bens**;
- As **operações intracomunitárias** efectuadas **no território nacional**, tal como são definidas e reguladas no Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias.

Raquel Castro Madalena Rui Aguiar

<https://www2.gov.pt/cidadãos-europeus-viajar-viver-e-fazer-negocios-em-portugal/impostos-para-atividades-economicas-em-portugal/imposto-sobre-valor-acrescentado-iva-em-portugal>

APSEI@ Universidade de Aveiro 2025

54



55

I V A

Taxa Reduzida de IVA

Bens de primeira necessidade (como pão, leite e derivados, carne e legumes);
Publicações periódicas (jornais, revistas);
Produtos farmacêuticos (medicamentos, aparelhos ortopédicos);
Alojamento em estabelecimentos hoteleiros;
Transporte de passageiros.

Taxa Intermédia de IVA

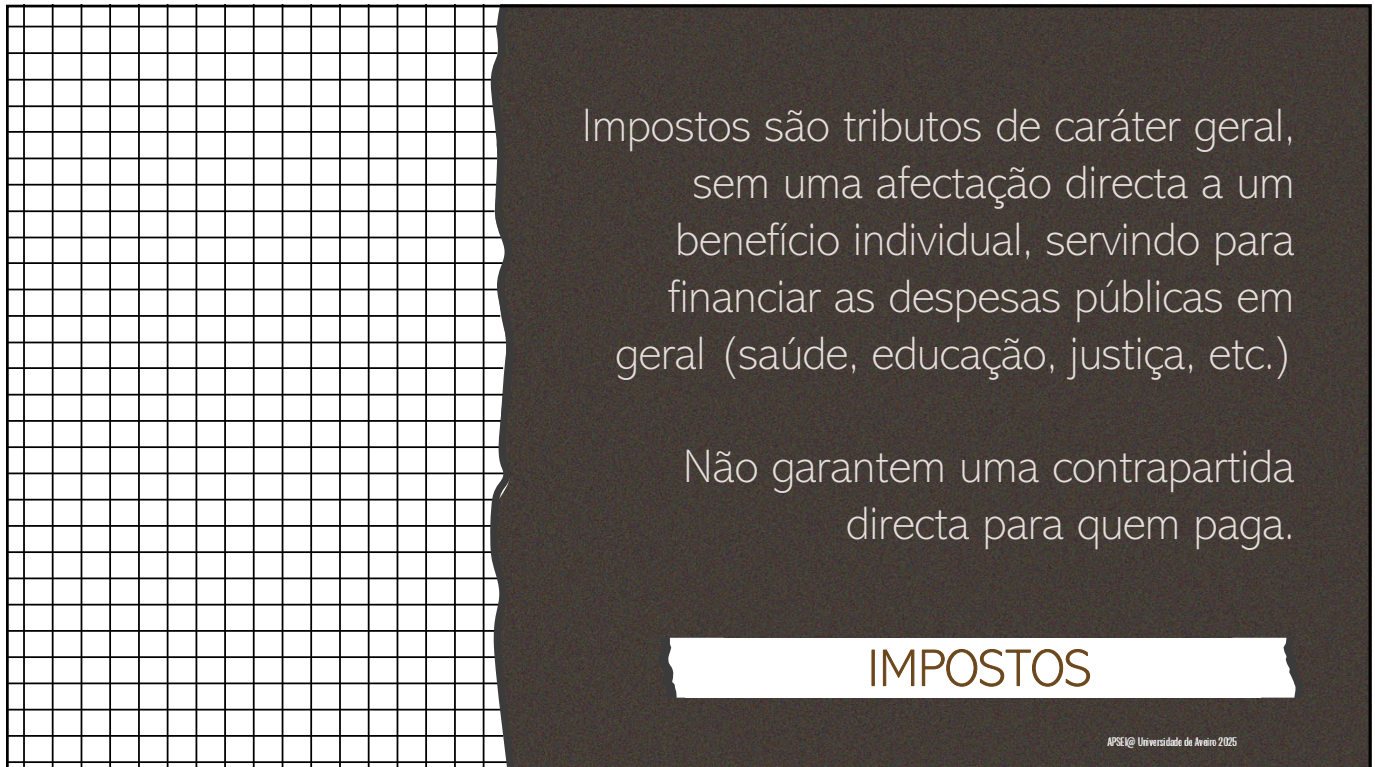
Refeições prontas;
Conservas;
Vinhos e outros produtos alimentares;
Entradas em espetáculos de música, teatro dança, canto, cinema e circo;

Isenções e Regras Especiais

Além das taxas padrão, Portugal também possui isenções e regras especiais de IVA que podem se aplicar a certos produtos e serviços. Isso inclui serviços financeiros, serviços médicos, serviços educacionais, aluguel de imóveis residenciais e serviços de seguro, entre outros.

	Continente	Madeira	Açores
Taxa Normal	23%	22%	16%
Taxa Intermédia	13%	12%	9%
Taxa Reduzida	6%	5%	4%

56



Impostos são tributos de carácter geral,
sem uma afectação directa a um
benefício individual, servindo para
financiar as despesas públicas em
geral (saúde, educação, justiça, etc.)

Não garantem uma contrapartida
directa para quem paga.

IMPOSTOS

APSEJ@ Universidade de Aveiro 2005

57



**Contribuições
para a
Segurança
Social**

AT
autoridade

58

Imposto?

As contribuições para a Segurança Social não são tecnicamente consideradas impostos, embora sejam obrigações financeiras para o Estado e tenham natureza de tributo

São obrigatórias para trabalhadores dependentes, independentes e entidades empregadoras, com taxas e regras próprias.

A relação é contributiva: quem paga, tem direito a benefícios sociais proporcionais.

Contribuições para a Segurança Social

APSEI@ Universidade de Aveiro 2025

59

SS

Trabalhadores dependentes

Na generalidade das situações as taxas contributivas a aplicar são as constantes do quadro seguinte.

REGIME DOS
TRABALHADORES
DEPENDENTES
INSTITUTO DA SEGURANÇA
SOCIAL, I.P.

<https://www.seg-social.pt/trabalhadores-por-conta-de-outrem>

Tipo de entidade		Taxa contributiva		
		Entidade empregadora	Trabalhador	Global
Entidades com fins lucrativos		23,75%	11%	34,75%
Entidades sem fins lucrativos	IPSS	22,3%		33,3%
	Outras entidades			

Raquel Castro Madalena Ral Aguiar

APSEI@ Universidade de Aveiro 2025

60

S S ?

O João é solteiro, trabalhador dependente, não tem dependentes e ganha um salário de cerca de 1300€ brutos.

Aplica-se uma taxa de retenção na fonte de 25% e dedução à colecta de 188,90€.

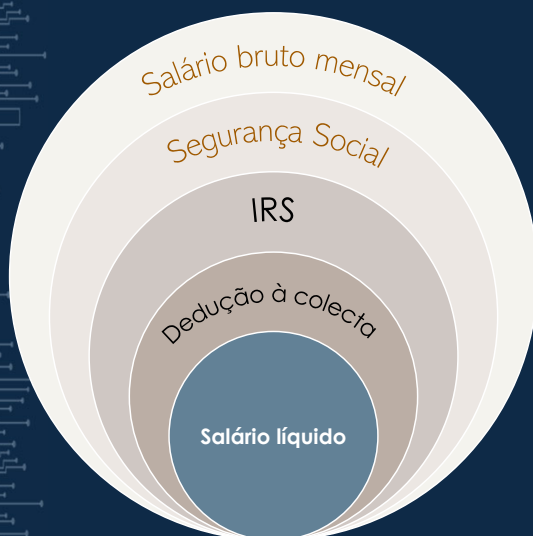
O salário do João sem mais deduções e depois da retenção seria de 1163,90€.

O valor da contribuição para a Segurança Social é deduzido diretamente do salário bruto antes de calcular o IRS e corresponde à sua contribuição obrigatória enquanto trabalhador por conta de outrem.

61

Salário

trabalhador dependente?



Salário bruto mensal

1300 €

Segurança Social

taxa de desconto para a Segurança Social: 11%

$1.300 \text{ €} \times 11\% = 143 \text{ €}$ $1.300 \text{ €} \times 11\% = 143 \text{ €}$

Retenção na fonte IRS

Taxa: 25% = 325€

Dedução à colecta

188,90€

Salário líquido

$1300 - 143 - 136,10 = 1020,90 \text{ €}$

Este é o valor que o João recebe efetivamente todos os meses, sem contar com subsídio de alimentação ou outros benefícios.

62

SS

Trabalhadores independentes

GUIA PRÁTICO NOVO REGIME DOS TRABALHADORES INDEPENDENTES INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

<https://www.seg-social.pt/documents/10152/15974914/1009%20Trabalhador%20Independente%20-%20novo%20regime/87b6e00c-523d-4718-8a88-942ea804c18a>

Trabalhadores Independentes são as Pessoas Singulares que exercem actividade profissional sem sujeição a contrato de trabalho ou a contrato legalmente equiparado, ou se obriguem a prestar a outremo resultado da sua actividade e não se encontrem por essa atividade abrangidos pelo Regime Geral de Segurança Social dos Trabalhadores por Conta de Outrem

SS Voluntário

Trabalhadores independentes

Sistema contributivo facultativo que dá acesso a benefícios atribuídos pela Segurança Social. Desconta-se uma percentagem do "salário" todos os meses e, em troca, recebe proteção. (pode-se escolher a base de incidência)

Beneficiários	Eventualidades
Cuidadores informais principais; Agentes da cooperação; Praticantes desportivos de alto rendimento; Estagiários (estágio profissional); Tripulantes dos navios registados no Registo Internacional da Madeira	Invalidez Reforma Morte
Trabalhadores marítimos e vigias nacionais que exercem atividade profissional em navios de empresas estrangeiras; Trabalhadores marítimos nacionais que exercem atividade a bordo de navios de empresas comuns de pesca; Bolseiros de investigação	Invalidez Reforma Morte Doença Doença profissional Parentalidade
Voluntários sociais; Bombeiros voluntários	Invalidez Reforma Morte Doença profissional

SS trabalhador independente?

O João é solteiro, trabalhador independente, não tem dependentes e ganha um salário de cerca de 1300€ brutos.

1. Determinação do rendimento relevante

Para prestação de serviços, considera-se 70% dos rendimentos.

Rendimento mensal: 1300 €

Rendimento relevante: $1300 \text{ €} \times 70\% = 910 \text{ €}$

2. Base de incidência contributiva

O rendimento relevante mensal é a base para aplicar a taxa contributiva.

3. Taxa contributiva

A taxa para trabalhadores independentes é 21,4%

4. Cálculo da contribuição

$910 \text{ €} \times 21,4\% = 194,54 \text{ €}$

65

SS ?

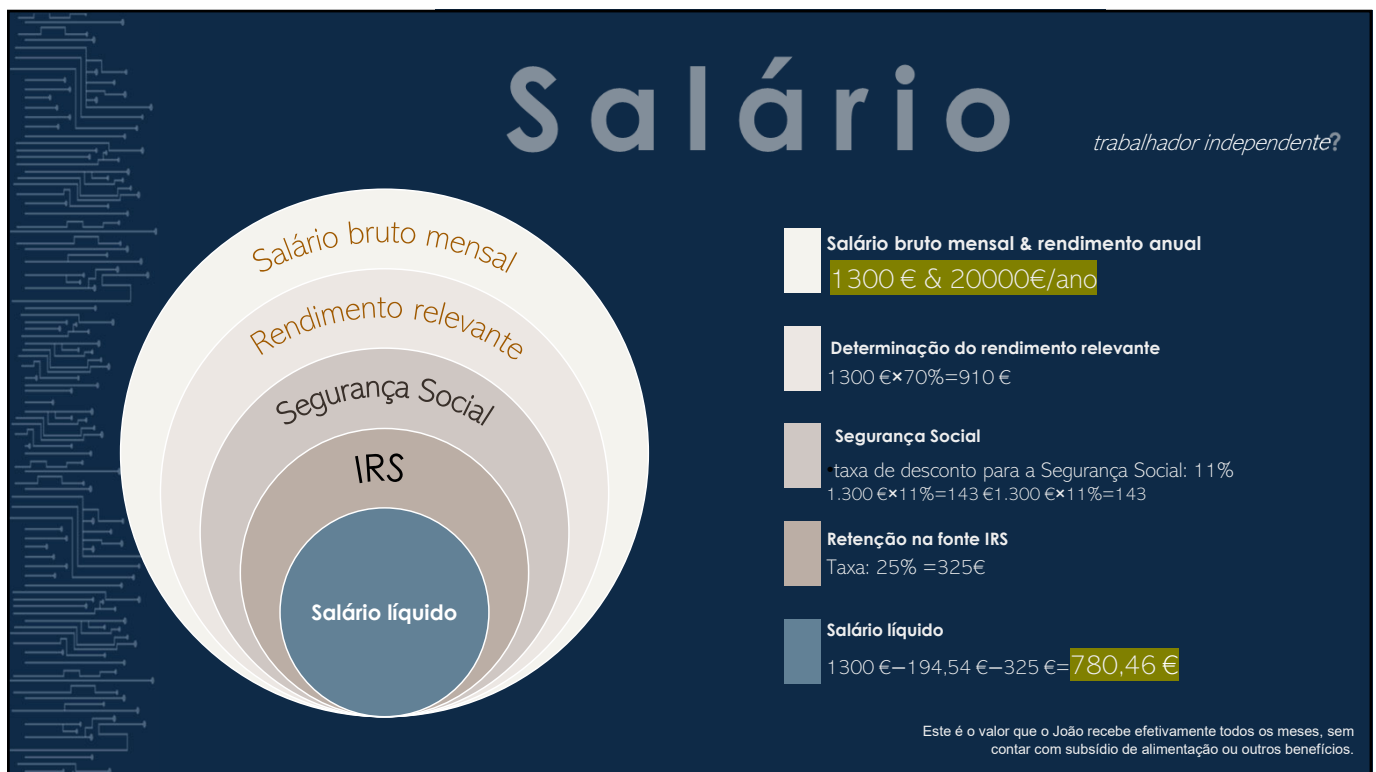
O João é solteiro, trabalhador independente, não tem dependentes e ganha um salário de cerca de 1300€ brutos.

Aplica-se uma taxa de retenção na fonte de 25%.

O salário do João sem mais deduções e depois da retenção seria de 925€.

O valor da contribuição para a Segurança Social é deduzido diretamente do salário bruto antes de calcular o IRS e corresponde à sua contribuição obrigatória enquanto trabalhador por conta de outrem.

66



67

porque pagamos impostos?

Hong Kong tornou-se uma colônia do Império Britânico após a Primeira Guerra do Ópio (1839-1842). Originalmente confinada à Ilha de Hong Kong, as fronteiras da colônia foram estendidas em etapas para a Península de Kowloon em 1861 e, em seguida, para os Novos Territórios, em 1899.

No século XIX, especialmente nos primeiros tempos do domínio britânico, Hong Kong tinha um sistema fiscal extremamente simples, com baixíssimos impostos ou, em alguns períodos, praticamente sem impostos diretos sobre a população e as empresas. O território foi declarado porto livre, o que significava ausência de tarifas alfandegárias relevantes e incentivo ao livre comércio, atraindo mercadores e capitais internacionais.

Estado colonial britânico em Hong Kong financiava-se principalmente por outras vias:

- Venda e arrendamento de terrenos
- Taxas e licenças administrativas
- Receitas de serviços públicos
- Baixo nível de despesa pública

Raquel Castro Madureira Rai Aguiar

APSEI@ Universidade de Aveiro 2025

68